

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.360.692 - DF (2018/0235170-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : DEMERVAL BENEVIDES NUNES JUNIOR
ADVOGADOS : LEANDRO PONTES AZEVEDO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) -
DF042127
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **DEMERVAL BENEVIDES NUNES JÚNIOR** contra decisão que não admitiu recurso especial ofertado de acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Sustenta a defesa, nas razões do recurso especial, violação dos artigos 155, c/c o art. 14, do Código Penal, e 386, VII, do Código de Processo Penal.

Defende a ausência de provas suficiente para a condenação do recorrente, porquanto a autoria foi fundamentada exclusivamente em elementos colhidos na fase inquisitorial e não confirmados em juízo.

Afirma que não houve violência ou grave ameaça, elementos integrantes do tipo penal do delito de roubo, à alegação de que "extraíndo do próprio acórdão ora atacado, que em momento algum o recorrente reduziu a capacidade da suposta vítima de resistência, não lhe mostrou qualquer arma que pudesse causar um maior temor, nem muito mesmo se aproximou da vítima, somente proferiu a palavra 'perdeu' . É, portanto, incabível afirmar que essa simples palavra possa ter causado tamanha ameaça capaz de ensejar ao recorrente uma condenação por roubo" (e-STJ, fl. 387).

Requer a absolvição do recorrente ou a desclassificação da conduta para o crime de tentativa de furto.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 401-405), o recurso foi inadmitido com fundamento no óbice da Súmula 7 do STJ (e-STJ, fls. 407-408). Daí este agravo (e-STJ, fls. 411-418).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo (e-STJ, fls. 435-438).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece prosperar.

A Corte de origem manteve a condenação do agravante e afastou o pleito de desclassificação da conduta, nos seguintes termos:

"A autoria, do mesmo modo, é inconteste.

Na fase de inquérito, a vítima narrou com detalhes como se deram os fatos. Confira-se (fl. 4):

"Estava saindo do trabalho por volta de meia noite, quando viu dois homens tentando abrir seu VW/Gol, que estava estacionado na rua. Quando eles o viram, falaram "o carro é seu? Então perdeu, perdeu, perdeu". Saiu do local em busca da polícia, e os autores foram embora antes de conseguirem causar qualquer dano à maçaneta ou

outra parte do carro. Fez contanto com a polícia, passando a placa do carro que eles usaram para fugir, e, em poucos minutos, os policiais militares encontraram os dois ladrões, os quais reconheceu, imediatamente e sem qualquer dúvida, como sendo os homens que tentaram subtrair seu carro pouco antes. Quando eles falaram "perdeu" se sentiu ameaçado, pois achou que eles poderiam estar armados e ainda estava com seu filho pequeno, até porque frequenta o local diariamente. O carro não foi subtraído nem sofreu qualquer avaria e não chegou a ver nenhuma arma de fogo".

Em consonância, o condutor do flagrante (fl. 2D), Daniel Modesto Cipriano, policial militar, relatou que, por volta das Oh40, patrulhava a região do Paranoá, quando a vítima e populares informaram que havia dois indivíduos tentando arrombar o carro da vítima em via pública. Disse que, ao chegar ao local, verificou-se que os indivíduos tinham acabado de se evadir em outro veículo. Que populares informaram a placa do carro e que, cerca de 10 minutos após, localizaram o veículo estacionado no Bela Vista. Que os indivíduos estavam próximos ao veículo. Que foi relatado que os indivíduos ameaçaram a vítima para assegurar a subtração do veículo.

Em juízo (fl. 190 - mídia DVD), ouvido como testemunha, o policial militar confirmou o relatado na delegacia, acrescentando que, após a prisão, os réus foram encaminhados à delegacia, oportunidade em que a vítima os reconheceu imediatamente.

Na delegacia (fls. 5/6), os réus Tiago Ibiapino Moreira e Demerval Benevides Nunes Júnior fizeram uso do direito constitucional de permanecerem em silêncio. Em Juízo (mídia fl. 190), negaram a prática delituosa imputada a eles na denúncia. Tiago disse que estava no veículo de Demerval e que eles pararam o carro próximo ao veículo da vítima para que Demerval urinasse. Por sua vez, Demerval apresentou a mesma versão dos fatos. Contudo, houve divergência nos relatos dos réus quanto ao fato de que Demerval afirma que ele e Tiago desceram do carro, enquanto Tiago alega que ficou dentro do veículo, no momento em que vítima apareceu e gritou pensando que eles tentavam subtrair o seu veículo.

Em que pese à versão apresentada pelos réus, em se tratando de crime contra o patrimônio, a palavra da vítima assume especial valor e pode embasar o decreto condenatório, tanto mais quando narra o fato e reconhece o seu autor.

Acrescente-se que a palavra do agente do Estado responsável pela prisão em flagrante é revestida de presunção de legitimidade inerente aos atos administrativos em geral, de modo que também serve para embasar o convencimento acerca da autoria e, de consequência, o decreto condenatório, juntamente com as demais provas.

Portanto, inobstante os argumentos lançados, tenho que a materialidade e autoria do crime de roubo circunstanciado pelo concurso de agentes restaram satisfatoriamente comprovadas, motivo pelo qual, a tese absolutória por ausência ou insuficiência de provas não merece prosperar.

De igual modo, inviável o acolhimento do pedido defensivo de desclassificação do crime de roubo tentado para furto tentado, sob a alegação de que inexistiu a elementar referente à grave ameaça.

Com efeito, o roubo é crime complexo, pois além da subtração coisa alheia móvel, exige-se, para sua configuração, a utilização da grave

ameaça ou violência. Assim, os bens jurídicos tutelados pela norma do artigo 157, do Código Penal, são o patrimônio e a integridade física do ofendido.

No caso em apreço, a vítima, ao depor na delegacia (fl.4), disse que ambos os réus estavam tentando abrir seu veículo quando ela chegou ao local.

Relatou que: "quando eles o viram, falaram "o carro é seu? Então perdeu, perdeu, perdeu". Depreende-se do relatado pela vítima que ela sentiu que mal injusto e grave poderia ocorrer se ela tentasse impedir a subtração do seu veículo, eis que afirmou: "quando eles falaram "perdeu" se sentiu ameaçado, pois achou que eles poderiam estar armados e ainda estava com seu filho pequeno, até porque frequenta o local diariamente." Conforme jurisprudência deste Tribunal de Justiça, o emprego de intimidações verbais ao anunciar o assalto é suficiente para amedrontar, intimar e reduzir a capacidade de resistência da vítima e caracterizar a grave ameaça, elementar do crime de roubo. Confirmam-se julgados:

"(...) A grave ameaça pode se dar por palavras, escritos, gestos, postura e outros meios, tudo a depender das circunstâncias do caso e das condições pessoais do agente e da vítima, sempre que esta se sentir intimidada e tolhida em seu poder de reação. (...) 5. Recurso conhecido e não provido."

(Acórdão n.1054208, 20150710300822APR, Relator: CARLOS PIRES SOARES NETO, Revisor: GEORGE LOPES, 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 24/08/2017, Publicado no DJE: 18/10/2017. Pág.: 79/98).

"(...) O emprego de intimidações verbais ao anunciar o assalto é suficiente para amedrontar, intimidar, reduzir a capacidade de resistência da vítima e caracterizar a grave ameaça, elementar do crime de roubo. (...) 5. Recurso conhecido e desprovido." (Acórdão n.1055548, 20171410020055APR, Relator: WALDIR LEÔNIO LOPES JÚNIOR, Revisor: DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 19/10/2017, Publicado no DJE: 25/10/2017. Pág.: 112/126).

Por essas razões, mantenho a condenação do apelante pela prática do crime de roubo circunstanciado na modalidade tentada (artigo 157, §2º, inciso II, c/c o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal)" (e-STJ, fls. 369-372).

Conforme se verifica no acórdão impugnado, a condenação do recorrente pelo delito de tentativa de roubo majorado foi fundamentada no depoimento de testemunha na fase inquisitorial, posteriormente ratificado em juízo e em consonância com as demais provas existentes nos autos.

Dessa forma, o aresto atacado encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que a prova colhida na fase inquisitorial, desde que corroborada por outros elementos probatórios, pode ser utilizada para ensejar uma condenação.

Nesse sentido:

"[...]"

1. Conforme entendimento desta Corte, são válidos e revestidos de eficácia probatória o testemunho prestado por policiais envolvidos com a ação investigativa, mormente quando em harmonia com as demais provas e confirmados em juízo, sob a garantia do contraditório (ut, AgRg no AREsp 366.258/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 27/03/2014).

2. Não obstante a relutância da defesa, a condenação da agravante resultou não apenas dos elementos produzidos na fase inquisitorial, mas também de prova testemunhal produzida em Juízo, de tal sorte que o Tribunal local não destoou da massiva jurisprudência desta Corte Superior de Justiça cristalizada no sentido de que provas inquisitoriais podem servir de suporte a sentença condenatória, desde que corroboradas sob o crivo do contraditório, como no caso dos autos.

[...]

4. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 926.253/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 26/08/2016).

"[...]

1. Tendo o Tribunal de origem concluído pela condenação com base em depoimentos prestados em juízo, corroborados pelas demais provas condensadas no processo, não há falar em violação do art. 155 do CPP, sendo certo que rever o conteúdo das provas implica, de fato, revisão fático-probatória, providência incabível na via eleita.

2. Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1274472/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 29/10/2015).

Além disso, o acórdão combatido pontuou "que a materialidade e autoria do crime de roubo circunstanciado pelo concurso de agentes restaram satisfatoriamente comprovadas, motivo pelo qual, a tese absolutória por ausência ou insuficiência de provas não merece prosperar" (e-STJ, fl. 371). Assim, para desconstituir o entendimento firmado pelo Tribunal de origem e decidir pela absolvição do agravante ou pela desclassificação da conduta para o delito de tentativa de furto, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Ilustrativamente:

"[...]

1. Inadmissível o exame da pretensão de absolvição e de desclassificação da conduta, quando concluída pela Corte de origem que a materialidade e autoria do delito restaram fundamentadas em provas inquisitorial e judicial, em razão da necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental improvido."

(AgRg no AREsp 1.131.028/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018).

"[...]

Desconstituir o entendimento firmado, no intuito de abrigar o pleito defensivo de absolvição, exigiria o reexame do conjunto

fático-probatório dos autos, inviável na via eleita ante o óbice da Súmula 7/STJ. (...)

2. Agravo regimental desprovido. Ordem concedida de ofício para reduzir a reprimenda corporal, com a adequação do regime inicial de cumprimento da pena."

(AgRg no AREsp 1.024.563/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 04/04/2018)

Ademais, a pretensão de desclassificação da conduta do réu para o delito de tentativa de furto não merece subsistir, pois as intimidações verbais dos assaltantes quando anunciaram o assalto foram suficientes para amedrontar a vítima que estava na companhia de seu filho pequeno, caracterizando a grave ameaça, elemento essencial para a configuração do crime de roubo.

A propósito:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. ROUBO SIMPLES. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO. PRESENÇA DOS ELEMENTOS CARACTERIZADORES DO DELITO. AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. PERCENTUAL DE AUMENTO EM 1/3. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REGIME PRISIONAL FECHADO. POSSIBILIDADE.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de que o habeas corpus não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, sob pena de desvirtuar a finalidade dessa garantia constitucional, exceto quando a ilegalidade apontada for flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. **"Para a configuração do crime de roubo é necessário haver o emprego de violência ou grave ameaça contra a vítima. Entretanto, a violência não precisa ser de tal gravidade a ponto de ensejar lesões corporais, como nas vias de fato. Em outras palavras, a grave ameaça pode ser empregada de forma velada, pelo temor causado à vítima, o que leva a permitir que o agente promova a subtração sem que nada possa a pessoa lesada fazer para impedi-lo"** (HC 105.066/SP, rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 03/11/2008).

3. No caso em exame, mostra-se incontroverso que o réu, mediante violência, teve a posse dos bens subtraídos da vítima, razão pela qual sua conduta amolda-se à figura típica do roubo, pois presentes os seus elementos caracterizadores.

4. Na segunda fase do cálculo da pena, a legislação brasileira não prevê um percentual fixo para a redução ou o aumento da pena-base no tocante às circunstâncias atenuantes ou agravantes, cabendo ao julgador, dentro de seu livre convencimento, sopesar o quantum a ser reduzido ou aumentado.

5. Malgrado ser expressivo o aumento de 1/3 sobre a pena-base pela agravante da reincidência, o caso não permite reconhecer a existência de flagrante ilegalidade a autorizar a modificação, na via eleita, do quantum da exasperação da reprimenda, em virtude de as instâncias ordinárias, ao particularizarem os contornos quantitativos e qualitativos da conduta, concluírem que o aumento resulta não da

Superior Tribunal de Justiça

simples existência de uma circunstância agravante consistente na reincidência, mas em três reincidências.

6. A presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis (art. 59 do CP) e da reincidência autoriza a fixação do regime inicial fechado, não obstante a quantidade de pena definitiva estabelecida seja inferior a 8 anos.

7. Habeas corpus não conhecido."

(HC 251.699/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 12/03/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c/c art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator